



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Nota SEI nº 2/2023/PGFN-ME

Processo SEI nº 18220.100062/2023-96

1. Em complemento às manifestações já constantes desses autos, a Secretaria-Especial encaminha a Nota de Encaminhamento Cosit/Sutri/RFB nº 6, de 12 de janeiro de 2023, e a Nota Cetad/Coest nº 006, de 12 de janeiro de 2023. Transcreve-se abaixo trecho da última Nota:

7. A medida em análise provocará impacto orçamentário-financeiro negativo estimado, na forma de redução de receitas, na ordem de R\$ 8.049 milhões para o ano de 2023, sendo R\$ 6.542 milhões para a União, R\$ 785 milhões para os Estados e R\$ 722 milhões, para os Municípios.

8. **Para fins de cumprimento do disposto no art. 131, § 5º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentária/LDO 2023**, os montantes acima apresentados, discriminados pelos entes da federação, implicam redução de receitas tributárias, não considerada nas projeções que acompanharam o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2023. São ratificadas as demais informações constantes na Nota Cetad/Coest nº 004, de 2023, ora complementada.

2. Por outro lado, da Nota Cosit extrai-se a seguinte conclusão:

8. Os impactos positivos esperados são: (1) antecipação do recolhimento de tributos decorrentes de procedimentos fiscais que seriam arrecadados somente quando da definitividade da constituição do crédito tributário (após o julgamento em primeira e segunda instâncias administrativas), com reflexos imediatos positivos nas transferências aos entes federados; (2) redução de litígios tributários, tendo em vista que o sujeito passivo, ao confessar e recolher imediatamente os tributos devidos, desistirá tacitamente de impugnar o lançamento que seria realizado ao fim do procedimento fiscal; e (3) para o contribuinte, a possibilidade de efetuar o pagamento do tributo objeto de fiscalização sem a incidência das penalidades de caráter punitivo.

9. Em cumprimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe informar que o art. 3º da medida em tela ocasiona renúncia de receitas tributárias estimada em R\$ 8.049 milhões (oito bilhões e quarenta e nove milhões de reais) em 2023, **que será compensada com o aumento de base cálculo decorrente da Medida Provisória que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS da incidência e da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.**

3. Diante das manifestações acima, entende-se que estão atendidas as exigências estabelecidas no art. 14 da LRF e no no art. 131, § 5º, da LDO de 2023.

GUSTAVO CALDAS

Procurador da Fazenda Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Caldas Guimarães de Campos, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional Substituto(a)**, em 12/01/2023, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30877607** e o código CRC **79C96647**.